

DOI: 10.5216/hr.v15i1.10818

ATIVIDADE EPISTOLAR NO MUNDO ANTIGO: RELENDO
AS CARTAS CONSOLATÓRIAS DE SÊNECA

Ana Teresa Marques Gonçalves*

anateresamarquesgoncalves@gmail.com

Fabrcio Dias Gusmão Di Mesquita**

fabrcio-mesquita@hotmail.com

RESUMO: Este artigo pretende discutir alguns aspectos da arte consolatória presente em três epístolas de Lúcio Aneu Sêneca, escritas no primeiro século da era cristã, durante o Império Romano: *Ad Marciam*, *Ad Heluiam* e *Ad Polybium*. Sêneca apresenta nestas cartas os princípios éticos do estoicismo como forma de combater as dores da alma no mundo antigo, proporcionando importantes espaços para a reflexão histórica sobre a atividade epistolar na Antiguidade.

PALAVRAS-CHAVE: Sêneca, ética, consolação, cartas.

A epistolografia no mundo antigo era uma arte, uma técnica exercida pelo pequeno coeficiente de letrados, capazes de aplicar os elementos constituintes da retórica para transmitir mensagens e informações. As cartas convertiam-se em suportes fundamentais para a circulação de notícias em sociedades com uma mídia mais restrita que a desenvolvida pelo mundo atual. Sem meios de comunicação que chegassem a grandes grupos sociais, as missivas tornavam-se *locus* primordial de informações e ideias entre particulares e destes com pequenos grupos aos quais as cartas eram remetidas. É sabido que vários dos membros das elites gregas e romanas contavam com escravos que detinham a função precípua de cuidarem de suas cartas, tal a

* Professora Adjunta de História Antiga e Medieval na Universidade Federal de Goiás. Doutora em História Econômica pela USP. Bolsista Produtividade do CNPq.

** Professor de História. Graduado na UFG.

importância que a produção das mesmas assumia em sociedades complexas, como as da Antiguidade Clássica.

Criou-se no mundo antigo uma retórica epistolográfica com regras bastante precisas, que definiam gêneros para as missivas de acordo com o motivo que levava o remetente a escrever e enviar a carta ao destinatário, que podia ser uma só pessoa ou toda uma comunidade, como, por exemplo, as cartas de Paulo enviadas para as comunidades cristãs originárias, buscando lhes dar sugestões de como viver em grupo, defendendo a fé cristã.

Neste texto, enfatizaremos as cartas consolatórias, ou seja, epístolas nas quais o remetente dispõe argumentos capazes de trazer alívio e conforto a alguém abatido pela Sorte, pelo Destino (VAN RAIJ, 2000, p. 139).

Antifonte é referido como o pai da Consolação enquanto gênero epistolográfico. Já nas obras homéricas, aparecem discursos de Consolação em ocasiões propícias à expressão do elogio póstumo, ao conforto proléptico, à lamentação e ao encorajamento pessoal para se lidar com a perda ou ausência de algum ente querido. Sabe-se que foi a partir do período helenístico, com a mescla da cultura grega às culturas orientais, elaborada a partir da constituição do Império de Alexandre, o Grande, que o gênero *Consolatio*, de Marco Túlio Cícero, escrita em 45 a.C., no período da República Romana, após a morte de sua filha Túlia, tenha sido a obra que maior influência teve na transmissão de uma tradição literária consolatória, tanto em termos de conteúdo quanto de forma epistolar (ALEXANDRE JÚNIOR, 1992, p. 1). Já Gregório de Nazianzo, no Baixo Império Romano, chega a afirmar que a melhor carta e a mais bela é a que é escrita para persuadir tanto o culto quanto o inculto e a ambos ser de imediato inteligível, ou seja, ela deveria ser direta, compreensível, agradável, usando-se de forma adequada a argumentação retórica da época, meio necessário à comunicação das mensagens (GREGÓRIO DE NAZIANZO, *Epístolas*, 51.4, *apud* ALEXANDRE JÚNIOR, 1992, p. 2).

O estudo da atividade epistolar engloba, no mundo antigo, os domínios do que, no mundo moderno, convencionou-se denominar de esferas pública e privada, pois cartas que inicialmente foram escritas para amigos, discípulos, parentes em geral, acabaram recebendo um tratamento posterior à sua escrita e sendo publicizadas, por meio de cópias que eram remetidas a vários destinatários e/ou guardadas nas bibliotecas, para acesso de toda população letrada. Tais documentos revestem-se de um caráter histórico inegável, desde a própria Antiguidade, pois vários historiadores antigos citam em suas obras informações que teriam advindo de cartas consultadas por eles, que estavam guardadas em locais de acesso público, ou se referem

a missivas importantes que teriam trocado com outros membros da elite e, algumas vezes, com o próprio Imperador. É o caso, por exemplo, da correspondência trocada entre Plínio, o Jovem e o Imperador Trajano, e o caso de Dion Cássio, que, em sua obra *História Romana*, do III século d.C., informa que resolveu estender o conteúdo de sua obra histórica até os governos dos Severos após receber uma carta do Imperador Septímio Severo, agradecendo-lhe o envio de um opúsculo referente aos *omina imperii*, isto é, os sinais divinos emitidos por meio de fenômenos naturais, que precederam sua ascensão ao poder imperial.

Muitas foram as cartas que nos chegaram do mundo antigo clássico, em fragmentos ou completas. Especificamente para o estudo da sociedade romana republicana e imperial, não podemos deixar de contar com as cartas de Cícero, trocadas principalmente com seus amigos Ático e Bruto e seu irmão mais novo, Quinto Túlio Cícero, que como ele havia ingressado na carreira das honras romanas, ocupando vários cargos públicos importantes na condução dos negócios imperiais nas províncias. De Cícero, chegamos mais de 900 cartas, entre as escritas por ele e as respostas recebidas. Enfatizamos também as cartas de Plínio, o Jovem, que como Governador da Bitínia trocou correspondência com o próprio Trajano, como já dissemos. Dele nos chegaram mais de 200 cartas, revistas para publicação, que tratam de assuntos os mais diversos, da administração de suas várias propriedades até fenômenos naturais, discussões literárias e rumores que se espalhavam pela corte. Há também as cartas de Sêneca, 124 missivas dedicadas a Lucílio, amigo e discípulo nos estudos da filosofia estoica. Nestes três exemplos citados, vemos a importância da atividade epistolar no desenvolvimento da *amicitia*.

Como define David Konstan, embora o conceito de amizade não seja uniforme nas várias culturas, ou dentro de uma única cultura com o passar do tempo, a essência da relação do que os romanos denominaram de *amicitia* era a criação de um vínculo mutuamente íntimo, leal e amoroso, que não se origina da associação a um grupo normalmente marcado pela solidariedade nativa, como família ou tribo. A amizade é uma relação adquirida e não uma relação atribuída, uma relação conquistada, que podia ser mantida pela troca de correspondência (KONSTAN, 2005, p.1).

Contudo, há cartas menos conhecidas e estudadas, mas tão importantes quanto as já citadas para os estudos do mundo antigo, como, por exemplo, os dois fragmentos da carta elaborada por Cornélia Semprônia, filha mais jovem de Cipião Africano, o vencedor de Aníbal, endereçada ao filho Caio Semprônio Graco, que se encontram transcritos na obra *Vidas de Varões*

Ilustres, de Cornélio Nepote. Além de tratar-se de uma missiva assinada por uma mulher, considerada modelo de virtude para as matronas romanas, a carta fornece informações sobre a carreira do Graco mais jovem e de sua relação com o irmão Tibério Graco. Sua divulgação, possivelmente, auxiliou na eleição de Caio para o Tribunato da Plebe.

Há também as *Cartas das Heroínas (Epistolae Heroicum)*, 15 cartas produzidas por Ovídio, com 3 respostas também criadas por ele, que são verdadeiros exercícios de retórica epistolar, nas quais heroínas mitológicas reclamam do abandono de seus amantes. Nestas missivas, vemos a carta como um gênero da retórica que permite ao autor repensar os conceitos que também aparecem em sua obra *A Arte de Amar*. Como gênero, a atividade epistolar contou com a formulação de verdadeiros manuais de estilo, desde a Antiguidade. Chegaram-nos os *Typoi Epistolikoi*, de Pseudo-Demétrio, datados da passagem do II para o I século a.C., nos quais são descritas 21 categorias de cartas, e os *Epistolimaioi Characteres*, de Pseudo-Libânio, cuja datação varia de 314 a 393 d.C., nos quais são descritos 41 tipos de cartas e definidos quais partes e argumentos deveriam compor cada um deles.

Escolhemos como objeto de nossa análise as chamadas *Cartas Consolatórias*, de Lucio Aneu Sêneca. O discurso de Consolação, que, como vimos, aparece desde Homero, encontrou na carta a forma retórica e literária que mais se prestou a veicular os seus conteúdos, isto é, a lamentação pelo infortúnio que se abateu sobre o destinatário e o conforto que se lhe dá para suavizar a sua dor e o ajudar a suportá-la. Envolve em sua constituição conselhos, exortações e admoestações de caráter filosófico, que procuram persuadir o leitor a permanecer num certo estilo de vida ou, ao contrário, adotar normas de conduta diferentes (ALEXANDRE JÚNIOR, 1992, p. 3 e 11). A intenção é convencer, aconselhar, corrigir e transformar a dor do destinatário em aceitação das intempéries do destino, ao mesmo tempo em que o remetente aperfeiçoa-se a si próprio, ao bem argumentar.

Sêneca nasceu em Córdoba, na então província da Bética, Hispânia, sendo a data imprecisa, tendo como referências na historiografia os anos de 4 a.C., 2 a.C. e 2 d.C. para situar seu nascimento. Reinhold Ullmann nos informa que Sêneca teria sido levado por seu pai a Roma, quando ainda era uma criança. Na capital do Império, Sêneca iniciou os seus estudos de Gramática, Retórica e Filosofia. Como podemos perceber, era parte da educação das famílias ricas buscarem uma formação adequada para exercer futuramente papéis na esfera política. Todo romano culto tinha que se dedicar a essas disciplinas, porque constituíam instrumentos essenciais na prática da atividade política (ULLMANN, 1996, p. 10).

Devido a problemas de saúde, Sêneca se transferiu de Roma, ainda adolescente, para o Egito, ambiente mais apropriado para sua recuperação. Lá, o filósofo conheceu o estoico Queremão, seguindo seus ensinamentos. Somente em 34 d.C., Sêneca retornou a Roma, onde iniciou sua carreira política, ou seja, seu *cursus honorum*. Em 41 d.C., Sêneca foi exilado pelo Imperador Cláudio, após sua esposa Messalina acusar o filósofo de possível adultério com Júlia Livila, sobrinha do Imperador. Esse foi o período em que Sêneca produziu duas cartas consolatórias: *Consolação a Hélvia* e *Consolação a Políbio*. Segundo Cleonice Furtado M. Van Raij, a primeira Consolação escrita por Sêneca, *Consolação a Márcia*, é a mais antiga, tendo sido escrita antes de seu exílio (VAN RAIJ, 1992, p. 19). Em 49 d.C., Sêneca foi convocado por Agripina, segunda esposa de Cláudio, a deixar o exílio, após oito anos de desterro na Córsega, para se encarregar da educação de Nero (BRUN, 1986, p. 35).

Implicado na conjuração de Caio Calpúrnio Pisão, identificado como líder de uma conspiração deflagrada contra o governo de Nero, que ocorreu em 65 d.C., Sêneca foi condenado pelo Imperador ao suicídio, executando sua sentença com a mesma tranquilidade que dedicou a sua vida.

Para Cícero Cunha Bezerra, a Filosofia em Sêneca aparece como um exercício constante, que deveria conduzir o homem à tranquilidade e, conseqüentemente, à felicidade. A Filosofia deveria se converter numa medicina da alma (BEZERRA, 2005, p. 7). Sêneca soube empregar os princípios estoicos, que aprendera na juventude e que continuou a estudar por toda a vida junto com Lucílio, na produção das consolações.

A teoria estoica buscava fornecer exemplos que auxiliassem o indivíduo a conquistar a felicidade e a paz de espírito, utilizando a própria razão. O problema da conduta moral foi o cerne de toda a escrita senequiana, já que o pensamento estoico visava enfatizar a riqueza presente em cada indivíduo, que deveria almejar viver como um sábio. A sabedoria era proveniente das leis do *cosmos*, presentes na natureza e acessíveis ao homem através da razão.

Pode-se dividir a teoria estoica em três partes: Física, Lógica e Ética, que não devem ser entendidas isoladamente, pois todas fazem parte do ideal maior, pregado pela doutrina, de fornecer ao homem regras morais necessárias para o bem viver. Luizir de Oliveira afirma que a palavra *physis* tem sua origem no verbo grego *phyô*, que significa gerar, crescer, nascer, brotar. Os estoicos possuíam como lema de vida a máxima “viver de acordo com a natureza”, pois para tais filósofos todos os seres faziam parte de uma natureza única e universal (OLIVEIRA, 1998, p. 20). Adotando a ideia de Heráclito de Éfeso, um pré-socrático que viveu durante o século VI a.C., que

acreditava ser a realidade formada pelo fogo que era também o *logos*, a razão presente no universo e no indivíduo (CHATELET, 1973, p. 72), os estoicos afirmaram ser a natureza produto de um fogo artífice universal. A razão ou fogo artífice formava toda a realidade e podia ser compreendida no contato do homem com a natureza. Viver conforme as leis da natureza era viver de acordo com a ordenação do espírito divino no mundo. O Estoicismo não pretendia explicar uma realidade fora do mundo ligada a um Ser transcendental, mas no próprio ambiente da natureza composto pelo fogo criador, pelo *logos* universal (REALE, 2002, p. 206).

Os estoicos acreditavam ser o princípio divino criador um corpo, um fluido, que se espalhava sobre a totalidade do mundo. A própria razão humana não era outra coisa senão uma parte do espírito divino, prolongado no corpo humano. Dado que tudo era corpo, tudo no mundo se ligava e proporcionava ao homem unir-se ao universo, realizando uma harmonia entre si e o *cosmos*. Os estoicos chamavam esse processo de união de simpatia universal (BRUN, 1986, p. 50). Se todo o universo era ordenado pela força da razão, ou seja, de um princípio divino que não se separava do mundo, os estoicos explicavam que tudo concorria conforme uma Providência (*Pronoia*). A ação providencial era responsável, deste modo, por harmonizar todas as partes do universo, seguindo-se a razão.

Dessa forma, viver de acordo com a natureza significava estar em perfeita harmonia com o universo, e uma vez que a *physis* era também *logos*, estar em conformidade com a natureza era viver de acordo com a razão (OLIVEIRA, 1998, p. 22). Dentro desse universo ordenado pela razão, no qual tudo estava intimamente ligado, um novo conceito a ser introduzido foi o de destino (*heimarméne*). Os estoicos entenderam esse destino como uma série irreversível das causas, da ordem natural e necessária de todas as coisas, o indissolúvel nó que ligava todos os seres, o *logos* segundo o qual as coisas passadas aconteceram, as presentes acontecem e as futuras iriam acontecer. O destino era entendido como uma necessidade inelutável, onde os eventos mais insignificantes colaboravam para a ordem de toda realidade (REALE, 2002, p. 316).

A Lógica foi para os estoicos a área responsável por fornecer os critérios da verdade e como os homens deveriam adquirir o conhecimento validado pelo *logos*. O conhecimento estoico estava intimamente ligado à relação da alma do indivíduo com os objetos presentes no mundo da *physis*. A partir desta relação, os estoicos definiram o conceito de representação. O critério de verdade para os estoicos era o que eles denominavam representação compreensiva ou *phantasia kataléptikê*. A representação estabelecia a harmonia

entre a experiência interior do indivíduo e o mundo que o cercava. Nascia da impressão que um objeto deixava na alma do indivíduo (OLIVEIRA, 1998, p. 32).

Ao usar a razão, o indivíduo compreendia como o universo era ordenado segundo as leis da *physis*. Assim, os estoicos buscavam viver conforme as leis da natureza para adquirir a felicidade e a paz de espírito. Coube à Ética justamente determinar em que consistia essa felicidade e quais os meios apropriados para alcançá-la (REALE, 2002, p. 328). A doutrina do Pórtico buscou fornecer ao homem regras de conduta baseadas nas leis da *physis*, pois natureza e razão não se dissociavam. Inicialmente, os estoicos identificaram no ser vivo um primeiro instinto denominado por eles como instinto de conservação. Os pensadores do Pórtico observaram que o ser vivo era caracterizado pela tendência de conservar-se a si mesmo, evitando o que era contrário a sua natureza (OLIVEIRA, 1998, p. 37). Diferente do animal, o homem possui a racionalidade, o que o leva a conservar e a querer incrementar essa racionalidade, escolhendo o que o favorece e fugindo do que o prejudica. E dado que o princípio original no ser vivo era o instinto de conservação e a tendência ao incremento do ser, eis aí o princípio da avaliação entre bem e mal: bem é o que conserva e incrementa o ser, a razão, mal é, ao contrário, o que danifica e diminui o ser (REALE, 2002, p. 332).

Se agir conforme o instinto de conservação era preservar a natureza do homem e acrescentar a experiência que este obtinha com o mundo, usando sua racionalidade, os estoicos enquadraram a noção de bem ao que era útil ao homem e garantia sua própria felicidade. Viver de acordo com o destino era viver harmoniosamente com a razão presente no homem e no *cosmos*. Era a simpatia universal entre as partes e o todo, entre os homens e o princípio divino (BRUN, 1986, p. 77). A virtude era uma ação perfeita, pois se fundava no uso da razão. A virtude humana era a perfeição do que é peculiar e característico ao ser humano, e dado que a característica do ser humano é a razão, a virtude é vista como a perfeição da razão (REALE, 2002, p. 339).

Paul Veyne afirma que a razão dos estoicos era o tribunal onde o homem aplicava os códigos da natureza. Tais códigos ou informações que o indivíduo identificava na *physis* indicavam como reconhecer a virtude ou o bem. Códigos que não ocultavam a justiça, pois toda ordem do *cosmos* deveria ser como um espelho na organização de vida dos homens (VEYNE, 1995, p. 102).

As principais virtudes estoicas eram a sabedoria, a temperança, a fortaleza e a justiça. As demais virtudes existentes eram subordinadas a

estas. A sabedoria era o uso da razão para a distinção entre o bem e o mal, a temperança era a ciência do que se devia evitar sendo cauteloso, a fortaleza era a virtude que detinha a coragem para enfrentar as dificuldades da vida e a justiça era a ciência da equidade e a ordem (REALE, 2002, p. 342).

Outro conceito importante na ética estoica é o de paixão. Os estoicos definiam a paixão como um movimento irracional da alma, contrário à natureza (BRUN, 1986, p. 81). A paixão era um ato irracional do homem, porque se baseava nas emoções e levava o indivíduo a agir de forma incorreta, produzindo uma perturbação em seu espírito. Os estoicos identificaram a paixão como um erro do *logos* no indivíduo, que era tomado por um desequilíbrio da alma, por uma loucura, que agia contra a natureza (OLIVEIRA, 1998, p. 47).

Dentre as paixões elencadas pela *Stoa*, podemos destacar a dor, o medo, o desejo sensual e o prazer. A dor é uma contração irracional da alma e nascia de sentimentos como a inveja, o ciúme, o desgosto, a aflição e o sofrimento. O medo era a expectativa de acontecer o mal e nascia de sentimentos como a angústia e a vergonha. O desejo era um apetite irracional e nascia de sentimentos como o ódio, a rivalidade, a cólera, o amor e a irritação. O prazer era um ardor irracional que nascia da sedução e da voluptuosidade (BRUN, 1986, p. 82).

Cabia ao indivíduo escolher entre as atitudes viciosas, marcadas pela paixão, e as atitudes marcadas pela razão. Como a virtude é o exercício da razão no homem, incrementando seu conhecimento, e o vício ou a paixão é o seu contrário, os estoicos identificaram alguns aspectos da vida do indivíduo cujas características eram relativas à natureza biológica do homem. Nesse sentido, denominaram tais características de coisas moralmente indiferentes, unindo aspectos como a saúde, a beleza, a riqueza, a morte, a pobreza, doenças, posição social, entre outros aspectos humanos, que não deveriam despertar nem o bem nem o mal. Com isso, os estoicos queriam enfatizar que a felicidade ou a paz de espírito (*ataraxia*) não estavam ligadas às coisas exteriores, às circunstâncias adversas da vida, mas à posição que o indivíduo tomava diante de tais acontecimentos (REALE, 2002, p. 334).

Deste modo, a moral estoica buscava fornecer princípios de conduta que orientassem o indivíduo a viver como um sábio. O sábio era aquele que vivia segundo a natureza, ou seja, conforme a razão. Era isento de paixões e não conhecia a dor, era livre porque seguia o fluxo do destino e se conformava às circunstâncias da vida sem perturbar sua alma. O sábio não se preocupava nem mesmo com a morte, pois o que se apresentava como mal era a opinião que o próprio indivíduo possuía. O desprezo pela morte era

uma das principais características da filosofia estoica, pois a morte verdadeira era viver de forma irracional. A morte era um fato proveniente da natureza, sendo racional aceitá-la, pois tudo era vontade do destino (BRUN, 1986, p. 88). O exílio, a morte política dos que eram obrigados a se afastarem dos negócios públicos, deveria ser encarado também como um ato indiferente aos estoicos, pois a ausência que provocava dor nos parentes e amigos dos exilados e falecidos era um ato conforme o destino, respondendo às necessidades da razão.

As Consolações produzidas por Sêneca seguem os princípios gerais do Estoicismo, como entendidos no período vivido pelo autor. A consolação como gênero epistolográfico apresenta uma escrita que levava o indivíduo a refletir racionalmente perante a dor, perante a miséria, a perda de um ente querido, o exílio e tantos outros problemas que acometiam a alma humana. O consolador era um “médico da alma”, pois estava sempre disposto a socorrer os desfavorecidos da sorte, mesmo sem ser solicitado. A consolação apresentava exemplos baseados na razão e nos preceitos filosóficos, propondo um “remédio” apropriado para cada mal. Acreditavam os consoladores que os males mais comuns que afligiam o homem eram as doenças, a velhice, a pobreza, o exílio e a morte. Esta última com relevância maior na narrativa de Sêneca (VAN RAIJ, 1992, p. 18).

Paul Veyne ressalta que a consolação era um gênero literário destinado não somente ao indivíduo, que recebia a carta, mas dedicado também ao público, sendo menor a importância do destinatário. O público esperava de um filósofo consolador enunciações que afirmassem sobre a necessidade de se submeter ao destino, sobre a insignificância da morte e uma posição de força perante os duelos da vida. O destinatário, por sua vez, esperava receber uma consolação, que preservaria o seu nome e o de um ente querido que houvesse falecido (VEYNE, 1995, p. 118).

Sêneca escreveu três cartas consolatórias: *Consolação a Márcia*, *Consolação a Hélvia* e *Consolação a Políbio*. A primeira foi destinada a Márcia, no ano de 40 d.C., sendo esta uma nobre dama da sociedade romana, que sofria com a morte do filho Metílio. A segunda carta foi destinada a Hélvia, mãe do próprio Sêneca, no ano de 42 d.C., após o filósofo ter sido exilado na ilha de Córsega, durante o governo do Imperador Cláudio. A terceira e última consolação foi destinada a Políbio, um poderoso liberto, que era bastante influente no governo do Imperador Cláudio, sendo o ano de 43 d.C. a data provável de sua publicação (VAN RAIJ, 1992, p. 19).

Na primeira consolação, Sêneca dirigiu seu “ato terapêutico” a Márcia, filha de Aulo Cremúcio Cordo, ilustre historiador romano, que morreu

durante o governo de Tibério. Sêneca buscou retirar Márcia de um profundo sofrimento após a morte de seu filho Metílio, morte esta provocada por fator desconhecido, pois a carta não especifica qual foi o motivo para tal acontecimento. Para reverter o quadro de perturbação, no qual Márcia instalou sua alma, Sêneca usa o exemplo de duas grandes mulheres da história romana, que se posicionaram diferentemente perante a dor provocada pela morte de seus respectivos filhos. A primeira é Lívia, mulher do Imperador Augusto, que perdera o filho Druso, jovem cheio de talentos e provável substituto para assumir o governo imperial. A segunda mulher é Otávia, irmã de Augusto, que perdera Marcelo, outro provável jovem que Augusto pretendia indicar para sua sucessão. Lívia representava a fortaleza perante a dor. O exemplo da irracionalidade perante a dor foi assumida pela figura de Otávia, resistente a qualquer consolação (VAN RAIJ, 1992, p. 21). Nas palavras de Sêneca:

A ti, que admiras os grandes gestos, porei ante os olhos dois exemplos notáveis do teu sexo e do teu século: um de uma mulher que se entregou inteiramente a curtir a sua dor; outro, de uma mulher que, golpeada por uma igual desventura e com maior prejuízo, contudo, não permitiu a seus males um longo domínio sobre si, mas rapidamente reconduziu o espírito à sua condição normal. Otávia e Lívia: uma irmã de Augusto; outra, esposa, perderam seus filhos ainda jovens, ambas com uma esperança certa de que eles se tornariam imperadores (SÊNECA, *Consolação a Márcia*, II).

Um exemplo interessante que Sêneca apresenta a Márcia foram as palavras consolatórias que Júlia teria recebido de Areu, filósofo ligado a Augusto e à corte imperial:

Não duvido que te agrade mais o exemplo de Júlia Augusta, a quem consideraste como íntima amiga: ela te convida a segui-la. Ela, no primeiro ímpeto de dor, quando as adversidades são muito mais violentas e cruéis, fez-se consolar por Areu, filósofo do seu marido, e confessou que aquilo lhe deu muito proveito: de mais proveito do que o povo romano, a quem ela não queria entristecer com sua tristeza (SÊNECA, *Consolação a Márcia*, IV).

Sêneca utiliza o exemplo de Júlia, que ao seguir os conselhos de um filósofo, conseguiu suportar e vencer a dor da morte de seu filho. Sêneca destaca ainda que o destino era imutável e que sofrer por tal acontecimento era inútil:

Se a fatalidade pode ser vencida com lágrimas, choremos: que todo dia transcorra em meio à dor; que a tristeza consuma nossa noite de sono, que se cravem as mãos no peito dilacerado, que se faça violência à própria face e que uma proveitosa aflição se exercite em todo gênero de crueldade. Mas, se os mortos não são ressuscitados por nenhum pranto, se o destino, imutável e eternamente fixo, por nenhuma desgraça é alterado, e se a morte mantém consigo tudo o que arrebatou, cesse nossa dor que é inútil. Portanto, governemo-nos para que esta violência não nos afaste do curso (SÊNECA, *Consolação a Márcia*, VI).

No final dessa passagem, Sêneca alerta que sofrer pela morte é ato em vão, pois Márcia deveria seguir o curso da vida, governar seus sentimentos. A teoria estoica definia que a morte deveria ser classificada como um indiferente e que o indivíduo deveria aceitá-la como um processo normal, pois era fruto das leis da natureza. O destino (*heimarméne*) era fruto do desdobrar do *logos* na vida humana e que as paixões eram doenças da alma produzidas pela dor. Sêneca afirma que a dor de Márcia já havia se transformado em um vício e que era necessário curá-la dessa aflição:

Três anos já se passaram e, entretanto, nada daquela primeira violência abrandou-se: renova-se e se fortalece cotidianamente a tua dor e já fez da duração um direito seu, chegando ao ponto de ter por vergonhoso cessar. Assim como todos os vícios se radicam profundamente, a não ser que sejam sufocados enquanto brotam, assim também estes sentimentos infelizes e miseráveis e que se enfurecem contra si mesmos se alimentam da última amargura e a dor de um espírito infeliz torna-se um prazer vicioso. Daí eu ter desejado empreender esta tua cura (SÊNECA, *Consolação a Márcia*, I).

O filósofo destaca que mesmo os animais não choram por muito tempo a perda de suas crias. Com isso, Sêneca demonstra a Márcia que a própria natureza se encarrega de apaziguar a dor e que observar a natureza é seguir suas leis, vencendo a aflição de sua alma. Outro ponto interessante que Sêneca destaca é que a dor está ligada às mulheres e aos povos estrangeiros, vistos como seres mais frágeis que os homens romanos:

As feras, depois que seguiram os vestígios dos filhotes e vagaram pelas selvas, e muitas vezes voltaram para a morada devastada, em pouco tempo acalmam sua raiva. Nenhum animal chora por tanto tempo a perda de

seus filhos a não ser o homem, que permanece ligado à sua dor. Para que tu saibas, entretanto, que isto não é natural, deixar-se abater pelas dores, a mesma perda fere mais as mulheres do que os homens, mais os bárbaros do que os homens de raça mansa e civilizada, mais os ignorantes do que as pessoas cultas (SÊNECA, *Consolação a Márcia*, VII).

Uma interessante comparação que Sêneca fez nesta carta foi a que colocou Dioniso, deus grego do vinho e da festa, ao lado de Platão, filósofo grego do século V a.C., como modelos para que Márcia refletisse diante de tais figuras emblemáticas conhecidas em sua época:

Mas quanto tiveres conhecido todas essas coisas, lá estará o tirano Dioniso, destruição da liberdade, da justiça, das leis, ávido do despotismo, mesmo depois de ter conhecido Platão, ávido de vida (SÊNECA, *Consolação a Márcia*, XVII).

Os dois personagens escolhidos por Sêneca nessa passagem não foram obra do acaso. Sêneca queria chamar a atenção de Márcia para que, mesmo quando conhecemos toda a dor, podemos optar pela sabedoria, espelhada na imagem de Platão, ou pela loucura do sofrimento, simbolizada por Dioniso, deus dos prazeres, que na teoria estoica eram classificados como paixões, doenças da alma. As imagens de Areu, anteriormente apresentado a Lívica, e a de Platão são indicações que Sêneca sinaliza para Márcia sobre a necessidade de se viver conforme a sabedoria, virtude esta baseada no uso da razão. Segundo Reinhold Ullmann, a vitória sobre as más inclinações nem sempre era obtida de forma individual, razão esta que levava os estoicos a aconselharem seus seguidores a tomarem alguém por guia espiritual (ULLMANN, 1996, p. 44).

O destino conduzia a vida dos homens e era inflexível, imutável, pois tudo era movido pela razão cósmica presente no mundo e na vida dos homens. Diante disso, Sêneca ressalta, várias vezes em suas cartas, que a morte era parte do destino, da vontade de um princípio divino que tudo dirigia, e que sofrer por isso era ir contra a natureza. Cada indivíduo vivia de acordo com o destino que lhe fora traçado por esta mente divina:

A cada um é fixado um termo; permanecerá sempre onde foi colocado, e nenhum cuidado ou favor o removerá para mais longe. Convence-te de que o perdeste em virtude de desígnio da mente divina: ele suportou o que era seu e atingiu as metas do tempo concedido. Assim, não há razão

para que te acabrunhes. Paga-se a cada um aquilo que lhe foi prometido; os destinos seguem por seu próprio curso, não acrescentam nem subtraem coisa alguma daquilo que uma vez foi prometido (SÊNECA, *Consolação a Mária*, XXI).

Assim, a morte torna-se um fator do destino, parte da vida conforme a natureza. Somente pela execução de grandes fatos o homem poderia ingressar na memória e tender a uma forma de imortalidade. Como Sêneca se pergunta na *Consolação a Políbio*, “na verdade, que obra imortal poderiam fazer mãos mortais?” (SÊNECA, *Consolação a Políbio*, I).

Paul Veyne destaca que a *Consolação a Hélvia* não foi escrita com o único intuito de consolar a mãe de Sêneca. Ele teria escrito esta carta para lembrar, no momento de seu exílio, sua ausência de Roma ao público leitor da época. É uma epístola que não se restringiu a consolar sua mãe e pretendia muito mais ganhar destaque na esfera pública romana, lembrando a todos que tivessem acesso a ela, que foi copiada por vários escravos, sua importância como filósofo e como membro da corte imperial (VEYNE, 1995, p. 192). Sêneca visava com a divulgação da carta uma espécie de auto-publicidade, pois queria comover os corações das matronas romanas e apresentar ao público aqueles que tramaram contra sua vida, obrigando-o a se exilar na ilha de Córsega (OLIVEIRA, 1998, p. 71). Sêneca, nesta carta, se apresenta como joguete do destino, além de autor da missiva. Ele consola a mãe, que sofre com sua ausência, ao mesmo tempo em que os argumentos arrolados para diminuir sua dor acabam por entorpecer a própria dor senequiana de estar longe dos negócios romanos.

Analisemos algumas partes da *Consolação a Hélvia*, nas quais Sêneca usa a teoria estoica para consolar a mãe e transmitir uma imagem de homem sábio, que não se abalou perante o exílio, aceitando todas as adversidades como parte de seu destino. O filósofo inicia a carta afirmando que não está sofrendo e que tinha como meta vencer a dor de sua mãe:

Com efeito, estabeleci vencer a tua dor, não iludi-la. Logo, a vencerei, creio eu, se primeiro mostrar que nada sofre em razão daquilo por que eu possa ser chamado infeliz, e muito menos em virtude daquilo por que possa fazer infelizes também os de minha relação; depois de referir a ti e provar que, na verdade, nem tua sorte, a qual em tudo depende da minha, é amarga. Antes de tudo falarei, o que a tua bondade anseia ouvir, que não estou sofrendo nenhum mal (SÊNECA, *Consolação a Hélvia*, IV).

A teoria estoica define que o sábio era um homem que buscava a paz, utilizando a própria razão e o domínio de si mesmo, não dependendo das riquezas e nem dos acontecimentos adversos que geravam o sofrimento. Ullmann afirma que sábio no Estoicismo era aquele que possuía uma vida baseada na reta conduta, seguindo as leis do universo. Em contraposição, insensatos eram aqueles que prendiam o coração aos bens exteriores, cometendo injustiças, difamando pessoas, guiados pela ambição. Agiam contra a razão universal e não gozavam da paz interior. Esta somente a possuía o sábio que, em meio às tentações da ambição, jamais se perturbava (ULLMANN, 1996, p. 43). É o que identificamos na argumentação senequiana:

A natureza das coisas fez com que para se viver bem não houvesse necessidade de grande aparato; cada um pode fazer-se feliz. Pouca importância tem os bens exteriores, e por isso que em nenhuma direção têm grandes influências, nem os favoráveis elevam o sábio, nem os adversos o abatem. Pois ele sempre se esforçou para depositar principalmente em si, para buscar dentro de si toda alegria (SÊNECA, *Consolação a Hélvia*, IV).

Sêneca enfatiza a ideia estoica de que a sabedoria e as virtudes acompanham o sábio aonde quer que este se encontre, seja em sua pátria seja no exílio, pois o ambiente não modifica o caráter do ser humano, que leva dentro de si todas as virtudes que soube desenvolver ao longo da vida:

Não é deplorável o fato de estares privado da pátria. Tu te instruíste o bastante para saberes que todo lugar é para o homem sábio a sua pátria (SÊNECA, *Consolação a Hélvia*, IX).

Quão pouco, pois, é o que perdemos! Duas coisas, que são belíssimas, para onde quer que nos movamos, nos seguirão: a natureza universal e nossa própria virtude (SÊNECA, *Consolação a Hélvia*, VIII).

Outra interessante aproximação com a teoria estoica que Sêneca realiza nessa carta é comparar o exílio com um fluxo natural do destino, ressaltando que tudo estava em movimento conforme as leis da natureza. Sendo assim, o exílio deveria ser visto por Hélvia como uma lei natural que não prejudicava Sêneca, impedindo-o de viver feliz:

Conheço quem diga existir nas almas humanas certa inclinação natural para trocar de morada e transferir a residência. Olha os astros que iluminam o mundo: nenhum deles fica parado. Todas as coisas estão sempre

rodando e em trânsito: segundo ordenou a inviolável lei da natureza, são levadas para todas as partes. Continua agora a pensar que o espírito humano, composto dos mesmos princípios de que consistem as coisas divinas, sofre em viajar e em migrar, quando o próprio Deus se deleita e se perpetua justamente pela sua contínua e rapidíssima mobilidade (SÊNECA, *Consolação a Hélvia*, VI).

O exílio era uma situação que proporcionava ao que tentava ser sábio viver virtuosamente, mesmo que a pobreza estivesse presente, pois bastava a este levar consigo as virtudes necessárias para obter a paz interior. Os estoicos destacavam as principais virtudes para o bem viver, como a sabedoria, a justiça, a fortaleza e a temperança. Sêneca reforça isso, destacando algumas dessas virtudes:

Lançou-te a má sorte numa região em que o edifício mais suntuoso é uma choupana. Essa humilde choupana não abriga virtudes? Então será o mais formoso de todos os templos, desde que aí se veja a justiça, a temperança, a prudência, a piedade, o bom senso em relação ao correto discernimento de todos os deveres, a ciência das coisas humanas e divinas. Nenhum lugar que contenha esta abundância de tão grandes virtudes é acanhado; nenhum exílio é penoso, se nele se pode andar com tal comitiva (SÊNECA, *Consolação a Hélvia*, IX).

Sua argumentação prossegue, destacando que a pobreza se tornava útil para o sábio, pois as riquezas eram motivos de preocupação, produzindo perturbações no indivíduo que poderia se desviar de uma vida tranquila. Outro exemplo dado por Sêneca foi o de Caio César, conhecido pela alcunha de Calígula, Imperador que sucedeu Tibério na dinastia Júlio-Cláudia, no primeiro século da era cristã. Sêneca utiliza a imagem de Calígula como o representante dos vícios, mergulhado nos prazeres, distante de uma vida fundada na razão e que, por isso, ficou conhecido como um péssimo Imperador para os romanos:

Em verdade, naquilo que me diz respeito, entendo ter perdido não riquezas, mas preocupações. São limitadas as necessidades do corpo: requer que se afaste do frio e que, com alimentos, se extingam a fome e a sede; tudo que se deseja a mais é fruto de vícios, não de necessidades (SÊNECA, *Consolação a Hélvia*, X).

Caio César, a quem a natureza, creio eu, gerou para mostrar o que

poderiam os maiores vícios na maior riqueza, gastou, em um só dia, para um jantar, dez milhões de sestércios e, embora auxiliado pela fantasia de todos, encontrou dificuldade em como pudesse sacrificar o tributo de três províncias em um só jantar (SÊNECA, *Consolação a Hélivia*, X).

Sobre a alma, os estoicos afirmavam que ela era constituída pela razão universal e que auxiliava o indivíduo a viver virtuosamente (REALE, 2002, p. 78). Sêneca afirma que a riqueza do homem está exatamente em sua alma:

É a alma que nos torna ricos. Esta nos segue no exílio e quando encontra o quanto basta para sustentar o corpo, mesmo nas solidões mais agudas, ela goza dos bens, de que é rica; o dinheiro não importa à alma, não mais do que importa os deuses imortais. Todas essas coisas que os espíritos incultos e demasiadamente escravos de seus corpos admiram: mármore, ouro, prata, grandes mesas redondas e polidas, são pesos terrenos que não pode amar uma alma pura e lembrada de sua natureza, livre do vício (SÊNECA, *Consolação a Hélivia*, XI).

Evocando novamente a imagem do sábio, Sêneca cita como exemplo a figura de Sócrates, filósofo grego do século V a.C., que se destacou no mundo antigo pela sabedoria que possuía diante das mazelas humanas. Sêneca também ressalta a vitória da razão sobre os vícios e que a morte não deveria ser um sofrimento para os homens, desde que fosse entendida como um elemento constituinte das leis da natureza:

Se vês o último dia, não como um castigo, mas como uma lei da natureza, nenhum temor ousará penetrar nessa alma de onde tiveres expulsado o medo da morte. Pensas que um sábio, que tenha colocado todas as esperanças em si mesmo e tenha se afastado da opinião popular, possa ser perturbado pela desonra? Mais ainda que a desonra é uma morte desonrosa. Sócrates, todavia, com aquele mesmo semblante com que, certa vez, sozinho, intimidara trinta tiranos, entrou no cárcere, para a esse mesmo lugar subtrair a infâmia. Não podia, de fato, parecer cárcere um lugar onde estava Sócrates (SÊNECA, *Consolação a Hélivia*, XIII).

Para que todo mal que afligia a alma e levava o indivíduo a sofrer fosse combatido, Sêneca aconselha a mãe a buscar nos estudos, e não em coisas banais, o melhor remédio para a cura de sua tristeza:

Assim, não te indicarei os meios, de quais sei que muitos usaram, como que te ocupes de uma longa viagem, que preenchas boa parte do tempo no exame diligente das contas e na administração do teu patrimônio, todas essas coisas são vantajosas para um breve momento e não são remédios, mas obstáculos para a dor. [...] Por isso, te conduzo para o lugar onde devem refugiar todos aqueles [...], para os estudos liberais. Eles te curarão a ferida, arrancar-te-ão toda tristeza (SÊNeca, *Consolação a Hélivia*, XVII).

Todos os exemplos que Sêneca forneceu a Hélivia são marcados pela teoria estoica. Aparecem em sua carta homens que representavam a sabedoria e os vícios, como Sócrates e Calígula. O exílio, para Sêneca, não era considerado uma punição final, mas um espaço onde o sábio poderia contemplar as virtudes mesmo diante da pobreza, um mal que preocupava somente os indivíduos insensatos. E o conhecimento poderia ser adquirido através dos estudos, importante remédio para curar todas as enfermidades da alma.

Sêneca também buscou consolar Políbio, um importante liberto romano que atuou como funcionário de confiança do Imperador Cláudio e que analisava todos os pedidos de clemência daqueles que se encontravam exilados de Roma. Segundo Cleonice Van Raij, esta consolação surpreende quando confrontada às duas outras, pois o exílio já se apresentava duro a Sêneca. Este não mais o via com os mesmos olhos de quando escreveu a *Consolação a Hélivia*. Dirigindo-se à mãe, como já observado, Sêneca negava que o exílio fosse um mal, procurando enaltecê-lo por meio de nobres princípios filosóficos. Na terceira e última carta consolatória, o filósofo se colocou alheio ao sofrimento de Políbio, bajulando a figura de Cláudio para obter o perdão e retornar o mais rapidamente possível a Roma e aos assuntos públicos discutidos na corte imperial (VAN RAIJ, 1992, p. 27).

Paul Veyne também destaca que a produção da *Consolação a Políbio* foi um pretexto utilizado pelo filósofo para solicitar ao Imperador Cláudio a autorização de retorno a Roma. Políbio era um liberto do Imperador, numa época em que a maioria dos chamados funcionários do Império eram antigos escravos do Príncipe. Esses libertos tinham grande influência nas decisões do Imperador, durante o governo de Cláudio, o que acentuava o ódio da elite senatorial contra esses funcionários. Os libertos ligados aos Príncipes eram homens de grande cultura, sendo Políbio, por exemplo, encarregado de verificar nos Anais do Palácio documentos que se relacionassem à história, ao direito, à retórica e à religião, repassando as informações ao Imperador para que este tomasse suas decisões (VEYNE, 1995, p. 195-6).

Políbio sofria por ter perdido um irmão querido, o que levou Sêneca a dirigir-lhe uma carta consolatória a partir do exílio. Aproximando-se das outras cartas consolatórias, Sêneca tenta mostrar a Políbio que a morte era uma lei da natureza e que era necessário aceitá-la como uma vontade do destino:

Está é a lei: nada é eterno, poucas coisas são duradouras, cada coisa é frágil a seu modo, o fim das coisas é diferente, mas tudo que começa tem fim. Quem é capaz de tão desenfreada e soberba arrogância que, diante desta lei da natureza que reduz todas as coisas ao mesmo fim, deseje que só ele e os seus sejam excluídos. É pois um enorme consolo alguém pensar que isso que o atingiu, todos antes dele suportaram e todos suportarão e, por isso, me parece, ter feito a natureza comum o que fez de mais cruel, para que a igualdade mitigasse a crueldade do destino (SÊNECA, *Consolação a Políbio*, I).

Demonstrando sua própria dor a Políbio, Sêneca deixa claro que o exílio já não lhe era tão suportável como anunciara na carta que dirigiu a sua mãe Hélvia:

Pois, se podemos conseguir qualquer vantagem da tristeza, não me recuso a derramar sobre as tuas lágrimas o que sobrou da minha sorte; encontrarei ainda alguma que escapará por estes olhos já esvaziados por meus prantos pessoais (SÊNECA, *Consolação a Políbio*, II).

O sofrimento de Políbio era, na opinião de Sêneca, tão grande que ele se preocupava até mesmo com a situação daquele que o consolava. Sêneca aproveita o momento para ressaltar que nem mesmo o Imperador estava livre das adversidades do destino:

Políbio chora e, advertido pela sorte de um irmão, do que ele pode temer pelos que lhe restam, receia também pelos que o consolam em sua dor. Que indigno crime! Políbio chora e sofre por algo, mesmo quando César lhe é favorável. Sem dúvida, ó insolente Sorte, usaste desta ocasião para mostrar que ninguém pode ser protegido contra ti, nem mesmo por César (SÊNECA, *Consolação a Políbio*, III).

Podemos acusar o destino longamente, mas não podemos mudá-lo; ele se mantém duro e inflexível. Ninguém o move com injúria, nem com o pranto, nada poupa jamais nem perdoa a ninguém (SÊNECA, *Consolação a Políbio*, IV).

Sêneca possuía conhecimento do poder de Políbio junto ao Imperador, transformando-se esta carta numa espécie de petição indireta, em busca da revogação da sua condenação ao exílio. O filósofo enfatiza a importância de Políbio nas atividades públicas do Império. Destaca também que sua função era de extrema importância, pois levaria os pedidos de misericórdia ao mais brando dos Césares, Cláudio, o mesmo Imperador que o mantinha exilado:

Não te é lícito fazer alguma coisa ao teu arbítrio: deves dar audiência a tantos milhares de homens; classificar tantas petições; deves despachar grande massa de afazeres, que afluem de toda parte do mundo, para que possa ser submetida à atenção do imperador. Repito, não te é lícito chorar para que possas ouvir muitos que choram, para as lágrimas daqueles que estão em perigo e desejam obter a misericórdia do mais brando dos Césares mereçam teu cuidado (SÊNECA, *Consolação a Políbio*, VI).

A ideia de que o Imperador era um ser escolhido pelas divindades para governar o mundo conhecido, um espelho da razão universal, modelo das virtudes que todos deveriam seguir, está também presente na escrita senequiana:

Não deixarei de, freqüentemente, trazer-te César à memória. Enquanto ele governa o mundo e mostra quão melhor o Império se conserva com benefícios do que com armas, enquanto ele preside as coisas humanas, não há perigo de que sintas ter perdido algo: só nele encontras bastante defesa e consolo. Levanta-te e, todas as vezes que as lágrimas brotarem de teus olhos, dirige-os a César: eles se secarão ante o aspecto daquela imensa e célebre divindade (SÊNECA, *Consolação a Políbio*, XII).

Sêneca, também nesta carta, se utiliza da contraposição de imagens, como argumento retórico e exemplificação de ideias, contrapondo a imagem do bom Imperador, que era Cláudio, à figura tirânica e despótica de Calígula:

Uma vez que eu tenha percorrido todos os Césares, cuja Sorte arrebatou irmãos e irmãs, não posso, pois, omitir este que deveria ser eliminado de toda a lista dos Césares, a quem a natureza gerou para a ruína e vergonha do gênero humano, aquele por quem foi inteiramente incendiado e destruído um Império, que agora a clemência de um Príncipe muito pacífico

restaura. Tendo perdido sua irmã Drusila, Caio César, este homem que não podia deplorar mais a sua dor tentou aliviar os males de uma perda tão cruel com os dados, mesa de jogos e outras triviais ocupações dessa natureza. Que vergonha para o Império! O jogo foi o consolo de um Príncipe romano que chorava a perda da irmã (SÊNECA, *Consolação a Políbio*, XVII).

Quando quiseres esquecer de tudo, pensa em César: vê quanta lealdade, quanto trabalho deves à bondade em teu favor; entenderás que não te é permitido abater-te mais do que aquele, em cujos ombros o mundo se apoia, a sua vigília protege o sono de todos, a sua fadiga, o ócio de todos. Desde o dia em que César se dedicou ao mundo, se privou de si mesmo e, como os astros, que desenvolvem seu curso sem cessar, nunca lhe é permitido descansar nem fazer qualquer coisa para si mesmo (SÊNECA, *Consolação a Políbio*, VII).

Para Marilena Vizentin, desde o antigo estoicismo grego existia a ideia de que o governante deveria ser também um sábio, pois apenas alguém capaz de se auto-governar poderia se incumbir das decisões gerais do Estado. Este ideal rompeu a barreira dos séculos e encontrou no Príncipe romano uma nova forma de permanência. Nos argumentos arrolados por Sêneca em suas cartas consolatórias, a fusão do modelo do sábio estoico e do Príncipe era imprescindível para a concretização de uma política que se legitimava pelo uso da razão. O Príncipe seria no estoicismo um modelo de virtudes para seus cidadãos e a garantia da paz romana, devendo manter a estabilidade de seu governo, praticando a justiça. Tal justiça deveria ser mediada pela virtude da clemência, que ultrapassava os limites das leis comuns, consagrando ao Imperador o direito de perdoar seus inimigos, transformando-os em seus aliados (VIZENTIN, 2005, p. 112).

Sêneca abertamente solicita, por meio da missiva enviada a Políbio, a clemência do Imperador Cláudio, retirando o véu de sua verdadeira intenção ao escrever esta consolação:

A sua clemência que, entre as suas virtudes, ocupa o primeiro lugar, me assegura que eu mesmo serei um dos seus espectadores. Na verdade, ele não me derrubou de modo a não querer me levantar, pelo contrário, ele nem mesmo me derrubou, mas impelido pela Sorte, e enquanto eu caía, ele me protegeu e, como rolava para o abismo, usando com moderação as suas mãos divinas, colocou-me suavemente no chão, que ele julgue a minha causa como quiser, ou que a sua justiça reconheça que ela é boa,

ou sua clemência a faça boa. No entanto, o grande consolo de minhas desventuras é ver a sua clemência distribuída por todo mundo; uma vez que mesmo neste lugar deserto, onde estou preso, essa clemência tem retirado várias pessoas e as tem reconduzido à luz (SÊNECA, *Consolação a Políbio*, XIII).

Assim, esta carta consolatória termina com o enaltecimento do Imperador e um nítido descaso de Sêneca em proceder como o consolador que se propunha ser diante da dor de Políbio. Sêneca chega a comparar Políbio a um general em campo de batalha, que deve ocultar seus sentimentos, se não conseguir dominá-los:

Como agem os grandes generais em momentos graves, quando simulam um contentamento proposital e ocultam seus dissabores com falsa alegria, para que os espíritos dos soldados não se enfraqueçam se virem seu comandante abatido, isso também deve ser feito por ti agora. Assume uma expressão diversa do teu espírito e, se puderes, expulsa completamente a tua dor, senão, oculta-a no interior e guarda-a, para que não apareça (SÊNECA, *Consolação a Políbio*, III).

Vimos, desta forma, como Sêneca soube utilizar vários elementos retóricos, ao construir suas cartas. Ele lançou mão de exemplos retirados de situações do passado romano, comparações as mais diversas, interrogações retóricas, metáforas, observações sobre a natureza humana e aspectos filosóficos e morais (VAN RAIJ, 2000, p. 146-150) para formar um discurso persuasivo capaz de combater a dor de seres humanos abatidos pela perda. Mesmo que algumas vezes ele mesmo fosse a pessoa a ser consolada e que pudesse apenas indicar o ato de esconder a dor, ao não conseguir superá-la.

Portanto, como médico da alma, Sêneca, nas três cartas analisadas, buscou fornecer receitas capazes de melhorar o ânimo dos aflitos, instigando-os a mudarem seus comportamentos, pela aceitação da ação do *fatum*, do destino. Como ele afirmou na *Consolação a Hélvia*, “a sorte adversa não enfraquece ninguém, a não ser aquele que a prosperidade iludiu” (SÊNECA, *Consolação a Hélvia*, V). Assim, caberia a cada sofredor a aceitação da perda como um indiferente, pois quando nada é visto como pertencendo realmente ao homem, este não pode reclamar de perder algo que na realidade nunca lhe pertenceu.

EPISTLE ACTIVITY IN THE ANCIENT WORLD: RE-READING THE SENECA'S CONSOLATORY LETTERS

ABSTRACT: This article intends to discuss some aspects of the consolatory art presents in three epistles written at the first Century AD during Roman Empire: *Ad Marciam*, *Ad Heluiam* and *Ad Polybium*. Seneca shows in these letters the ethic's principles of stoicism as a way to combat the pains of soul in the Ancient world, providing important places for historical reflection on the activity of letter writing in Antiquity.

KEYWORDS: Seneca, ethic, consolation, letters.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicolas. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: M. Fontes, 2003.
- ALEXANDRE JÚNIOR, Manuel. Cartas de Consolação a Lucílio: análise retórica da epístula 63 de Sêneca. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, Lisboa, v. 12, n. 3, p. 1-15, 1992.
- ALFOLDY, Geza. *A história social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.
- BEZERRA, Cícero Cunha. A filosofia como medicina da alma em Sêneca. *Ágora Filosófica*, Recife, v. 5, n. 2, p. 7-32, 2005.
- BRUN, Jean. *O estoicismo*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- CHÂTELET, F. *História da filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- GRIMAL, Pierre. *A civilização romana*. Lisboa: Presença, 1993.
- KONSTAN, David. *A amizade no mundo clássico*. São Paulo: Odysseus, 2005.
- OLIVEIRA, Luizir de. *Sêneca: a vida na obra, uma introdução à noção de vontade nas epístolas a Lucílio*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – PUC, São Paulo, 1998.
- PETIT, Paul. *A paz romana*. São Paulo: Edusp, 1989.
- PIETRO, Fernando. *El pensamiento político de Sêneca*. Madrid: Revista de Occidente, 1977.
- PUENTE OJEA, Gonzalo. *Ideologia e historia – el fenómeno estoico en la sociedad antigua*. Madrid: Siglo XXI, 1974.
- REALE, Giovanni. *História da filosofia antiga*. São Paulo: Loyola, 2002. V. 3.
- _____. *História da filosofia antiga*. São Paulo: Loyola, 2002. V. 4.
- SÊNECA. *Cartas Consolatórias*. Tradução de Cleonice Furtado de Van Raij. Campinas: Pontes, 1992.
- SÊNÊQUE. *Dialogues et Consolations*. Tradução de René Waltz. Paris: Les Belles Lettres, 1950. v. 3.

ULLMANN, Reinholdo Aloysio. *O estoicismo romano*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

VAN RAIJ, Cleonice Furtado de. A arte consolatória de Sêneca: características formais. *Revista Letras*, Campinas, v. 19, n.1/2, p. 139-153, 2000.

_____. Consolações senequianas: um véu sobre a morte. *Revista Letras*, Campinas, v. 24, n. 1, p. 39-50, 2005.

VEYNE, Paul. *Sêneca y el estoicismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

VIZENTIN, Marilena. *Imagens de poder em Sêneca: estudo sobre o De Clementia*. São Paulo: Ateliê, 2005.

